

EDUCAÇÃO FÍSICA, FORMAÇÃO E GESTÃO: COMPREENSÃO DOS GESTORES SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM SERRA*

José Francisco Chicon
Sylvia Fernanda Nascimento
Graciele Massoli Rodrigues

Resumo: O estudo objetiva compreender as particularidades e os desafios postos aos professores/gestores de Educação Física e Educação Especial do município de Serra, em relação a implementação das políticas de inclusão, por meio de suas narrativas, em uma ação de formação continuada. A partir do curso de extensão “Formação Continuada de Professores/Gestores de Educação Física para a Educação Inclusiva”, foi criado um grupo de estudo denominado Grupo Operativo de Formação (GOF), possibilitando a criação de um espaço para reflexão-ação-reflexão sobre o processo de inclusão experimentado por dez gestores e agentes responsáveis pela implementação das políticas de Educação Especial/inclusão no sistema de ensino dos municípios de Serra, Vitória, Cariacica e Viana. O curso foi realizado no Laefa/Cefd/Ufes, com uma única turma, no período de fevereiro a outubro de 2014, em um encontro presencial a cada quinze dias, totalizando 15 encontros. Para fins deste estudo apresentou-se e discutiu-se somente os dados relativos ao município de Serra-ES. Os participantes foram dois professores gestores das áreas de Educação Física e Educação Especial da rede de educação da Serra. Adotou-se como caminho metodológico, a pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação crítico-colaborativa. Os dados foram coletados por meio de audiogravação das narrativas dos professores/gestores e do diário de campo. Como resultado os participantes indicam que as relações sociais na gestão são conflituosas, geram tensão, mas que com o diálogo e esclarecimento as coisas ganham uma dimensão mais sensata e vão se ajustando, organizando as relações de trabalho para o bem comum.

Palavras-chave: Formação Continuada. Gestão. Educação Inclusiva.

Introdução

O desafio de realizar uma ação de formação continuada, cujas atividades se vincularam às discussões pertinentes às políticas públicas de inclusão, permitiu-nos lançar um olhar para o trabalho de gestão dentro de uma formação de professores gestores que atuam na rede municipal de ensino da Serra/ES.

Na inclusão educacional torna-se necessário o envolvimento dos professores e outros membros da equipe escolar no planejamento de ações e procedimentos que promovam a melhoria do atendimento dos alunos. No entanto, alguns estudos da área educacional (CHICON, 2013; CRUZ, 2008; JESUS, 2002,

*O presente trabalho contou com financiamento da Fapes.

2006; ALMEIDA, 2010) revelam que os professores Regentes e os de Educação Física, de maneira geral, dizem não estar preparados para atuar com alunos público-alvo da Educação Especial no mesmo espaço-tempo, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão e evidenciarem que a falta de preparo se torna um empecilho para que haja ações pedagógicas mais condizentes com os fundamentos de uma educação inclusiva.

Nesse sentido, evidencia-se no sistema educacional como um todo, a necessidade de investimento em ações de formação continuada de professores, possibilitando o aprimoramento de seu saber-fazer das práticas inclusivas. O mesmo argumento se aplica a formação de professores/gestores que coordenam as áreas de Educação Física/Educação Especial nos municípios.

Na linha de pensar uma escola pública de qualidade para todos, tem-se observado, nacionalmente, um movimento em torno da formação de gestores na área da Educação. Vamos encontrar programas nacionais como: o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública (BRASIL, 2007a), constituindo-se em um curso de pós-graduação *lato sensu* voltado para a formação continuada e pós-graduada de dirigentes da educação básica, sobretudo gestores das escolas públicas, a realizar-se por meio da educação a distância. O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (BRASIL, 2005), que tem por objetivo a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos público-alvo da Educação Especial de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares.

No sentido de dar respostas a essa demanda na área de Educação Física e sinalizar para uma gestão democrática e de consolidação de outros modos possíveis de pensar a gestão da sala de aula/quadra, da escola e dos sistemas públicos de ensino, organizamos e executamos a pesquisa intitulada “Formação continuada, Educação Física e inclusão: a gestão em foco”, coordenada pelo professor Doutor José Francisco Chicon. Essa pesquisa foi viabilizada por meio da organização de um Curso de Extensão “Formação

continuada de professores/gestores de Educação Física para a educação inclusiva”, realizado no período de fevereiro a outubro de 2014, envolvendo a participação de dez professores gestores de Educação Física e Educação Especial de quatro municípios da Grande Vitória (Serra, Vitória, Cariacica e Viana). Contudo, para fins deste texto, apresentamos e discutimos somente os dados relativos ao município de Serra-ES.

Em frente a esse desafio de buscar ações de formação continuada que vão ao encontro das necessidades dos profissionais da área de Educação Física e Educação Especial que atuam na gestão escolar e na escola, baseamos nosso olhar pela seguinte questão norteadora: como os professores/gestores de Educação Física e Educação Especial do município de Serra têm experimentado o desafio da implantação das políticas de inclusão em suas gestões?

Estudos como os realizados por Chicon (2013), Chicon e Cruz (2014), Bracht et al. (2003), Cruz (2008), Jesus (2006), Jesus et al. (2012) e Almeida (2010) vem apontando na direção da organização de programas de formação continuada que envolvam os profissionais de Educação e de Educação Física no estudo e reflexão sobre sua própria prática, como bastante promissoras na mudança qualitativa da ação docente, em detrimento de propostas que envolvem os profissionais em curso de formação desconectados da prática pedagógica.

Nessa linha de pensamento, para este estudo, objetivamos compreender as particularidades e os desafios postos aos professores/gestores de Educação Física e Educação Especial do município de Serra, em relação a implementação das políticas de inclusão, por meio de suas narrativas, em uma ação de formação continuada.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa¹ adotamos como principal caminho metodológico, a utilização da pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação, numa

¹ Cumpre-nos informar que o Projeto de Pesquisa nº. 146/11, referente ao nosso estudo, foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes, no dia 31-8-2011, em conformidade com a Resolução nº 196/1996, que versa sobre pesquisa com seres humanos.

perspectiva crítico-colaborativa (JESUS et al., 2012), por considerarmos uma estratégia apropriada para contribuir com o desenvolvimento profissional dos professores/gestores de Educação Física e Educação Especial, uma vez que é potencializadora de mudanças incrementais no saber/fazer dos profissionais da educação em seus diferentes âmbitos de atuação, inclusive na gestão.

Para formar o grupo de participantes do curso foi organizada uma ação de formação, via projeto de extensão intitulado: *Formação Continuada de Professores/Gestores de Educação Física para a Educação Inclusiva*, com o objetivo de originar um grupo de estudo, que denominamos *Grupo Operativo de Formação* (GOF), possibilitando a criação de um espaço para reflexão-ação-reflexão no/sobre o processo de inclusão experimentado por gestores e agentes responsáveis pela implementação das políticas de Educação Especial/inclusão no sistema de ensino.

O Curso foi desenvolvido no Laboratório de Educação Física Adaptada do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (Laefa/Cefd/Ufes), com uma única turma, no período de 11 de fevereiro a 10 de junho de 2014, em um encontro presencial a cada quinze dias, todas as terças-feiras, das 13h as 17h30min (duração de 4h30min), acrescido de 4h30min não presenciais para estudo, totalizando 10 encontros, com carga horária final de 90h. Ao término do curso de formação em junho de 2014, os participantes, sob a mediação da equipe de pesquisa, por mais seis encontros, de junho a outubro, foram orientados de modo presencial e à distância para organizar um plano de ação/trabalho para a gestão da área de Educação Física nos respectivos municípios, com ênfase na inclusão, para ser executado no ano de 2015.

Participaram da formação 10 professores gestores, de ambos os sexos, com idades entre 32 e 55 anos, das áreas de Educação Física e Educação Especial dos municípios da Serra, Vitória, Viana e Cariacica, por adesão voluntária. Para fins deste artigo, apresentamos as compreensões trazidas por dois professores

Cabe informar ainda, que no corpo deste texto, usamos nomes fictícios para designar os professores participantes do estudo.

da área de Educação Física, do município de Serra, que ocupam cargos de gestão, a saber:

Professor Udson (37 anos) — graduação em Educação Física. Mestre em Educação Física e doutorando em Educação. Ocupando o cargo: Assessor Técnico e Gerência de Formação de professores (áreas Educação Física, Ciências e Matemática – 2 anos no cargo).

Professora Carmem (32 anos) — graduação em Educação Física e Pedagogia. Mestre em Educação. Especialização em Educação Inclusiva. Ocupando o cargo: Assessora Pedagógica da Educação Especial na SEME (2 anos). São dois cargos efetivos: pedagoga e professora de Educação Especial — área de deficiência intelectual.

Para a realização deste estudo, utilizamos, prioritariamente, como instrumento de coleta de dados, a audiogravação e o diário de campo. As narrativas dos professores gestores participantes da pesquisa foram capturadas durante todo o processo da ação de formação (15 encontros), por meio do uso de um gravador de áudio (tipo MP4) e transcritas na semana entre um encontro e outro. A narrativa (JOSSO, 2004) está no nosso trabalho como elemento que favorece a captura de informações advindas das experiências vivenciadas pelos participantes. A partir do momento em que optamos por trabalhar com as demandas referentes ao seu cotidiano no processo de gestão, a narrativa se configurou como uma estratégia de obtenção dessas informações/dados que passaram a nortear a ação de formação do grupo.

Os dados foram organizados com base na técnica de análise de conteúdos (BARDIN, 2004), pela possibilidade que essa técnica nos oferece de compreender os conteúdos oriundos das narrativas dos professores participantes. Nesse contexto apresentado, moveram-se os dois professores gestores que participaram do GOF e em suas narrativas trouxeram luz a nossa compreensão sobre o desenvolvimento das políticas de inclusão no município de Serra. Da análise dessas narrativas, por recorrência e relevância destacamos dentre outras possíveis, uma única categoria de análise, que apresentamos a seguir.

Os traçados da formação continuada na Serra

A ação de formação continuada com professores/gestores de Educação Física e Educação Especial, realizada como Curso de extensão vinculado ao Laefa, no ano de 2014, abriu espaço para que os representantes dos municípios tivessem a oportunidade de refletir e falar da situação da formação de professores na rede de ensino, bem como do processo de formação nas áreas mais específicas, como a Educação Física e a Educação Especial.

Nos encontros do GOF, os dois gestores representantes de Serra, expuseram por meio de suas narrativas, lacunas e possibilidades em relação às políticas de Educação Especial voltadas para a formação de professores, na perspectiva da inclusão, que poderiam favorecer a construção de propostas e planos de trabalho nessa direção, que cabe revelar.

Trouxemos para este artigo uma situação de conflito e tensão vivida pelos dois gestores para ilustrar essa condição de ser e estar gestor, em relação à liberação dos professores de Educação Física das escolas da rede municipal da Serra para participar do IV Ciclo de Palestras Laefa.

Antes de tudo, é importante ressaltar que estão asseguradas diretrizes para a formação dos profissionais da educação e sua valorização, enfatizando que:

A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento, e a manutenção dos programas como **ação permanente** e a busca de parcerias com universidades e instituições de ensino superior (BRASIL, 2001, p. 63, grifo nosso).

Nas redes municipais e estaduais de educação em todo o país, os recursos destinados para esse fim estão vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb (BRASIL, 2007b), como um incremento forte ao financiamento dessas ações na educação. De acordo com Gatti (2008, p. 64), “A lei que institui o Fundef [a partir de 2007, Fundeb] deu, pela primeira vez na história educacional do país, respaldo legal para o financiamento sistemático de cursos de formação de professores em serviço”.

Política de formação continuada como ação permanente e como ela tem chegado ao professor foram assuntos abordados e discutidos no GOF, possibilitando expor as tensões, as dificuldades e os desafios da gestão nas redes de ensino em promover encontros com os profissionais docentes, tendo em vista essa finalidade.

De acordo com os dois gestores de Serra, além das dificuldades relacionadas ao modo de organização do trabalho no setor público, questões subjetivas relacionadas à vontade política, muitas vezes, são empecilhos importantes que criam barreiras para efetivação de propostas de formação continuada de professores, na perspectiva da inclusão.

Exemplo dessa questão pode ser observado em trechos das narrativas dos gestores de Serra, ao apontarem seu esforço em promover o processo de formação continuada para os professores de Educação Física da rede de ensino, no IV Ciclo de Palestras, que mensalmente o GOF oferecia no espaço da Universidade, para os professores dos quatro municípios participantes.

Para que fique mais claro, o “IV Ciclo de Palestras Laefa: formação, Educação Física, gestão e inclusão”, consistiu na formulação de uma programação de estudo com palestras e debates referentes a temas na perspectiva das práticas corporais inclusivas, desenvolvidos pelos professores pesquisadores e professores/gestores participantes do GOF em colaboração, em um encontro mensal na Ufes, durante cinco meses no ano. O ciclo de palestras estava programado para acontecer em dias e horários alternados a cada mês, na intenção de atender professores que trabalhassem nos turnos diurnos e todas as redes contavam com números de vagas limitados (30 para cada município). A organização das palestras estava sob a responsabilidade dos coordenadores do GOF que convidavam professores especialistas para discutir as questões de práticas educativas e inclusão.

Essa oportunidade de ação de formação foi vista pelos gestores da Serra como uma forma de aproximar os professores em um esquema de formação continuada diferenciada, pois havia a presença de docentes de outras redes de ensino possibilitando, durante as discussões, troca de experiências ampliadas.

Contudo, as narrativas dos dois participantes de Serra revelam que, para garantir a presença dos professores de Educação Física no referido ciclo de palestras, eles teriam que convencer os demais gestores da Secretaria de Educação da importância daquele momento como meio de política de formação.

A coordenação de Educação Especial ficou muito feliz com as vagas, muito feliz. Mas, isso não foi consenso lá na secretaria [...]. Nós achamos que era uma excelente coisa, inclusive eu me apliquei nisso. Eu vi que não é tão simples assim como eu pensei. Pensei que iria ter respaldo, vamos levar os professores e tal. Não! Está sendo difícil(Diário de campo, 15-4-2014).

A iniciativa de fazer com que os professores de Serra participassem desse momento de formação demandou dos gestores um esforço maior com relação à organização da divulgação e confirmação sobre a saída dos professores da escola para estarem nas palestras. A comunicação com os demais gestores e diretores escolares requereu um trabalho burocrático que causou alguns entraves em tomadas de decisões.

No caso específico do ciclo de palestras, que contemplaria a política de formação continuada que a rede de ensino teria responsabilidade em promover, houve uma ação por parte dos gestores que consistiu em informar a respeito da formação, via comunicação interna para a direção escolar e, na tentativa de alcançar maior número de participantes possível, via ligação telefônica para os professores. A reação dos demais gestores frente a essa situação foi imediata na intenção de coibir essa prática, pois burlaria o processo burocrático. Para Udson, houve dificuldades para que entendessem sua ação:

[...] nós tentamos desburocratizar para acelerar o processo. Nós quase fomos trucidados com isso! A chegar ouvir assim: 'quem são vocês pra ligar para os professores?' Daí, tivemos que falar com o diretor, para o diretor falar com o professor, olha só o caminho! [...] nós entendemos a importância do ofício, entendemos isso, claro! Mas como o tempo estava muito curto para fazer, tentamos desburocratizar (Diário de campo, 15-4-2014).

Carmem expõe que além das demandas advindas da função de assessorar mais de 25 escolas e toda as questões da educação especial de sua região, era trabalhoso fazer contato com as escolas e lembrá-las de informar aos respectivos professores a respeito da formação e, desta forma, conseguir

liberação deles. A assessora teve como estratégia “[...] mandar um ofício para as escolas A, B e C e depois para aqueles professores que já aceitaram. Nossa ideia era, não só mandar o ofício, mas mandar e depois ligar na segunda e terça, na quarta [...]”.

O professor, ao tomar para si o processo de formação, requisita saberes-fazeres que devem ser mobilizados de forma contextual em seu ambiente de trabalho. Diferentes autores como Shulman (1987); Lahayde, Lessard e Tardif (1991) e Gauthier et al. (1998) citados por Silva, Brandt e Tozetto (2015) relacionam os saberes das profissões educacionais a partir dos conhecimentos curriculares, pedagógicos, disciplinares e tácitos que configuram a atividade docente. Assim, ampliar as discussões acerca das questões relacionadas aos “pertencimentos escolares” em um núcleo de formação continuada é produzir saberes-fazeres que poderão ser usados por todos.

Quanto ao modo de gestão da rede, no que se refere à saída do professor regente para realizar ações de formação em seu horário de trabalho, Carmem percebe que há uma burocracia que impede a participação desses profissionais nas formações continuada, forçando-os a investir em horários nos contraturnos de trabalho.

A exigência do cumprimento da carga horária do professor dentro da escola pode ser um fator de resistência em relação à liberação do profissional para estarem em momentos de formação não prevista no calendário escolar. A gestão, para casos dessa natureza, orienta as escolas a organizar uma programação diferenciada que possibilite a saída dos profissionais sem acarretar prejuízo à carga horária de aula do aluno. Há um interesse aparente por parte da gestão devido à relevância das palestras oferecidas aos seus professores, por isso, não rejeita a possibilidade de participação deles, mas também, não simplifica a saída do profissional da escola.

O interesse aparente dos gestores (tanto da escola, quanto da Secretaria de Educação) em apoiar o ciclo de palestra contrasta com o esforço dos gestores participantes do GOF em motivar os docentes para esse envolvimento.

Bergue (2010) esclarece o termo “interesse aparente” como sendo,

[...] aquele traduzido no discurso de mudança, contido no plano de melhoria etc., ao passo que a dimensão oculta do processo de mudança é evidenciada nas intenções reais e ações centrais – que se orientam pela tendência de manutenção da situação vigente [...] materializada na preservação dos valores estruturantes fundamentais da dinâmica organizacional (BERGUE, 2010, p. 43).

Como a dinâmica no exercício da docência é pensada para a permanência do profissional na escola, as intenções e ações tendem a manter esta condição de funcionamento: professor em seu local de trabalho. Assim, indiretamente, a gestão se exime da responsabilidade de deixar o aluno “sem aula” e preservam-se os valores que estruturam a dinâmica organizacional da escola.

E no esforço de diálogo com os demais componentes da equipe dentro da secretaria, Carmem valoriza a importância da organização na oferta de ações de formação continuada para que todos os professores tenham acesso e participação plena, pois o modo como é pensada a política de formação, por vezes, distancia ou restringe a participação dos professores, principalmente quando a ação de formação é oferecida na linha da discussão das políticas e práticas inclusivas na escola, o que nesse caso entende que deveria atingir também os outros profissionais que não atuam diretamente na área de Educação Especial.

O objetivo é que eles parem de criar uma certa burocracia. Que os outros professores venham. Que graça tem? Eu já estou trabalhando na educação especial, estou estudando a área, não é? Os outros professores que estão lá na escola não sabem nem quem é o público alvo da educação especial. Professor de qualquer outra área não tem oportunidade de vir. Então pra gente é interessante que tirem essa burocracia dos outros colegas profissionais que estão lá na escola (Diário de campo, 15-4-2014).

A formação continuada de professores é um dos fatores que fazem parte das políticas públicas para a educação e é pensada, por muitos gestores, como forma de oferecer uma eficiência ao trabalho dos profissionais da escola. Diante da necessidade de ressignificação dos processos de formação continuada pautados pelo viés da “eficiência”, defendemos um formato de formação que considera as demandas dos profissionais, buscando dar a ele maior autonomia e visibilidade para estruturar e propor práticas que se articulem com o projeto coletivo de onde atua.

Desse modo, em consonância com o pensamento de Pimenta (2005) em relação aos processos de formação continuada, entendemos que a prática reflexiva, como prática social, só pode se realizar em coletivos, o que leva à necessidade de transformar as escolas em comunidades de aprendizagem nas quais os professores se apoiem e se estimulem.

Considerações finais

Tendo o ambiente escolar e da gestão educacional como ponto de partida e de chegada para a prática reflexiva e preocupação com a formulação de processos de formação continuada de professores, os participantes do GOF, atuando de forma ativa e colaborativa, uniam-se para debater como resolver situações incertas e desconhecidas, o modo como utilizar o conhecimento científico, bem como experimentar hipóteses de trabalho, criar e recriar estratégias que melhor atendessem as necessidades da comunidade escolar e de quem estava na função de gestão.

Desse exercício coletivo de diálogo e reflexão crítica, os professores/gestores do município de Serra, ao longo do processo vivido no GOF, deixaram pistas importantes para compreensão das tensões, dificuldades e desafios que permeiam a gestão pública em relação à execução das políticas de inclusão.

Primeiro é importante entender que o exercício da gestão em qualquer área é um desafio constante de antecipação, visão, diálogo, articulação e tomada de decisão para garantir as condições de funcionamento do sistema nos limites de sua adequação. Por isso, os participantes indicam que as relações sociais na gestão são conflituosas, geram tensão, mas que com o diálogo e esclarecimento as coisas ganham uma dimensão mais sensata e vão se ajustando, organizando as relações de trabalho para o bem comum. Do contrário, a ausência destes elementos entre os pares na gestão pode ser um empecilho que prejudica a prática do planejamento, da ação coordenada e da implementação de políticas que poderiam viabilizar o desenvolvimento da educação e dos processos de ensino-aprendizagem nas escolas.

As situações de conflito e tensão relatadas no corpo do texto, vividas pelos dois gestores em relação à liberação dos professores da escola para participar do

ciclo de palestras é ilustrativa dessa condição de ser e estar gestor. O que precisa ficar claro nessa relação é que em geral, de início, os processos de mudança organizacional implicam um rearranjo de forças e uma perturbação na ordem, expondo um conflito entre os interesses, que precisam ser equacionados por meio do diálogo e respeito entre os pares, com o objetivo de encontrar um meio termo (BERGUE, 2010).

O espaço da gestão que pensa a formação continuada de seus profissionais não pode perder a perspectiva de ser um espaço de conversa, de negociação e de cuidado, pois sabemos que há diferentes diálogos e interesses que se constituem para convergir em ações dentro da escola. E compete aos gestores fazer deste espaço de formação um espaço de oportunidade, de olhar o professor como um agente de formação de si próprio com potencial de enriquecer as experiências dos demais e simultaneamente ser enriquecido.

Enfim, acreditamos que a vontade de fazer existe e coexiste paralelamente com as dificuldades de um trabalho coletivo, porém, se houver muitos com a mesma vontade, o trabalho se torna mais possível de ser concretizado.

Referências

ALMEIDA, M. L. de. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALVES, E. P. **Formar formando-se nos processos de gestão e inclusão escolar**. 2009, 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERGUE, S. T. Especialização em gestão de pessoas no serviço público: uma perspectiva da vivência docente no contexto do curso. In: CAMÕES, M. R. S; PANTOJA, M. J.; BERGUE, S. T. (Org.). **Gestão de pessoas**: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010. p. 31-48.

BRACHT, V. et al. **Pesquisa em ação**: Educação física na escola. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. **Diário [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 14 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública. Curso de especialização em gestão escolar, Brasília, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=877-projeto-pdf&Itemid=30192-->. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007b. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11494-20-junho-2007-555612-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

CHICON, José Francisco. **Formação continuada, educação física e inclusão**: (re)significando a prática docente. 2013. 138 f. Relatório de Pesquisa (Estágio de Pós-Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2013.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. Londrina: Eduel, 2008.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Educação inclusiva**: construindo novos caminhos. 2002. 217 f. Tese (Pós-Doutorado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), São Paulo, 2002.

JESUS, Denise Meyrelles de. Inclusão escolar, formação continuada e pesquisa-ação colaborativa. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 95-106.

JESUS, D. M. de et al. **Políticas de educação especial no Espírito Santo**: implicações para a formação continuada de gestores públicos de Educação Especial. 2012. f. 171. Relatório de pesquisa-programa de pós-graduação em educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G. GHEDIN, E. (Org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2005. p.17-52.

SILVA, G. L. F.; BRANDT, C. F.; TOZETTO, S. S. Análise dos saberes docentes relativos ao trabalho docente com o auxílio do *software* Atlas-1. In: TOZETTO, S. S. (Org.). **Professores em formação**: saberes, práticas e desafios. Curitiba: Inter-Saberes, 2015. p. 139-167.